



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002882-78.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória**
 Requerente: **ANDRÉ RENATO ROSSI LÚCIO**
 Requerido: **ROGÉRIO & OLIVIERI S/C LTDA**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ANDRÉ RENATO ROSSI LÚCIO propôs ação de adjudicação compulsória de bem móvel em face de **ROGÉRIO & OLIVIERI S/C LTDA**. Alegou, em síntese, ter adquirido da ré em 08/03/2004 o veículo *VW Saveiro CLI, cor branca, ano 1991/1992, placa BGV 2326, chassi 9BWZZZ30ZMP253628*, obrigando-se ao pagamento das nove parcelas do financiamento em aberto, o que se deu conforme acordado. Alegou que embora esteja na posse do veículo desde a aquisição, não possui o domínio diante da falta de outorga da parte requerida, que nunca foi encontrada para realização da transferência do bem. Requereu a procedência da ação para que o réu outorgue recibo da venda do veículo e compareça no Cartório de Notas a fim de possibilitar a transferência do bem junto ao Detran.

Acostados à inicial, vieram os documentos de fls. 03/14.

Emenda à Inicial para que se acrescente aos pedidos, a obrigação do réu autorizar o Detran a expedir segunda via do CRV, diante do extravio do mesmo (fls. 15/16).

Exauridas as tentativas de localização da parte requerida para a citação pessoal foi deferida a citação por edital (fl. 273).

Citada (fls. 283 e 294), a ré se manteve inerte.

Atuando como curadora especial, a Defensoria Pública do Estado apresentou contestação por negativa geral, requerendo a improcedência da ação (fl. 302).

Réplica à fl. 306.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Trata-se de pedido de adjudicação compulsória que o autor propôs visando a transferência de veículo adquirido, diante da inércia do réu em realizá-la.

De início, friso que diversas foram as tentativas de citação pessoal da requerida, por carta e através de oficial de justiça, assim como foram realizadas inúmeras pesquisas, esgotando-se todos os meios na tentativa de localização. Assim a citação por edital foi devidamente engendrada neste feito, sendo que sequer veio aos autos impugnação quanto a isso.

Pois bem, a relação jurídica entre as partes está devidamente comprovada com o contrato de fl. 9, que evidencia a negociação entre as partes constando, inclusive, a forma de pagamento da obrigação assumida pelo autor.

Entretanto, o documento de fls. 33/34 não se presta a comprovar o pagamento do valor integral da dívida junto à financeira, já que consta apenas o número de um contrato de financiamento, que sequer veio aos autos.

Também não há comprovação da cessão do crédito da financeira à cessionária que teria firmado o suposto acordo para quitação do contrato de financiamento do veículo.

Não há como se supor a quitação integral do contrato de financiamento junto à financeira. É costumeiro, aliás, nesse tipo de contratação, cláusula específica indicando a impossibilidade de venda do bem financiado sem a expressa aquiescência da financeira que, por óbvio, deve avaliar as condições financeiras do novo mutuário, a fim de constatar se deseja ou não a nova contratação.

Assim, não havendo prova concreta da quitação do financiamento realizado para a compra do veículo em discussão, junto ao banco Santander S/A, não há que se falar em obrigatoriedade de transferência da propriedade do bem ao autor.

Friso que, considerando o decurso do tempo em que o autor se encontra na posse do bem, querendo, poderá intentar ação de usucapião a fim de satisfazer sua pretensão.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, nos moldes do art. 487, inciso I, do NCPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sucumbente o autor arcará com as custas e despesas processuais. Deixo de fixar honorários advocatícios diante da não atuação de advogado em favor da parte ré, sendo que não cabem honorários à Defensoria Pública atuando no exercício de função institucional.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo com as baixas necessárias.

P.I.

São Carlos, 06 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**